

A natureza e o Império no Brasil: a história entre as flores e as pedras preciosas na construção da nação¹

Janaina Zito Losada²

Resumo

A história escrita no Brasil do século XIX trazia a cena os elementos variados do mundo natural. Tomar posse dos terrenos exigia aos nobres, investimento na organização de expedições e viagens, e, na formação de um grupo de intelectuais que explicasse e pudesse sugerir o melhor uso para as riquezas das matas, das montanhas e dos rios. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é constituído em 1839, com o intuito de construir a história pátria. Sua fundação marca o esforço do Império em configurar os traços de uma nação civilizada cuja matéria prima não foi o homem e sim a natureza. Na oficialidade da burocracia aí instituída são produzidos muitíssimos documentos cuja preocupação é o conhecimento das riquezas das minas, das madeiras, das flores, dos frutos e dos animais nos mais diversos ambientes naturais brasileiros. Neste sentido tomaremos aqui como exemplares os escritos de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Emílio Joaquim da Silva Maia e Manoel Ferreira Lagos, intelectuais que ajudaram a fundar e construir os alicerces da escrita de uma história na qual a natureza constituiu-se o personagem principal. Através deles encontramos uma geração que vai marcar de forma profunda o pensar e fazer a história no Brasil. Uma história construída de imagens românticas, grandiosas e heróicas, ao gosto do século XIX. Uma história trágica onde a fauna e a flora sofreram os impactos do comércio e da ciência, onde montanhas desapareceram frente ao voraz desejo da entrada na modernidade.

Palavras-chave: Natureza. IHGB. Império no Brasil.

Abstract

The written history of the nineteenth century in Brazil brought to the scene of various

¹ Este texto foi debatido no V Simpósio da SOLCHA (Sociedade Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental) na cidade de La Paz, Baja Califórnia Sul/México em 2010 e para tanto teve o apoio financeiro da Fundação de Apoio Universitário/FAU/Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Agradeço os comentários de Lize Sedrez, Rogério Ribeiro de Oliveira, German Palacio, Inês Machline Silva, L. Ciro Marcano e Alexander Betancourt Mendieta.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora Adjunta UFU/FACIP. janainalosa-da@pontal.ufu.br

elements of the natural world. Taking possession of land required to noble, investment in organizing expeditions and trips, and the formation of a group of intellectuals to explain and could suggest the best use for the riches of the forests, mountains and rivers. The Brazilian Geography and History Institute (IHGB) is formed in 1839 with the aim of building the nation's history. His effort marks the founding of the empire set up in the trappings of a civilized nation, whose raw material was not man but nature. Officers in the bureaucracy set up there are very many documents produced whose concern is knowledge of the riches of the mines, woods, flowers, fruits and animals in diverse natural environments in Brazil. In this sense we will take here as examples the writings of Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Emilio Joaquim da Silva Maia and Manuel Ferreira Lagos, intellectuals who helped to found and build the foundations of writing a story in which nature itself was the main character. Through them we find a generation that will mark so profound thinking and make history in Brazil. A story built of romantic images, grand and heroic, like the nineteenth century. A tragic story where the flora and fauna have suffered the impacts of trade and science, where mountains disappeared against the voracious desire for entry into modernity.

Keywords: Nature. IHGB. Empire in Brazil.

Os discursos históricos imperiais demonstram grande vitalidade ao analisar o mundo dos minerais e dos vegetais e neles o impulso e o desejo da industrialidade mostrou sua face mais acadêmica e também mais brutal. Amparados na constituição dos saberes e nas associações científicas do Império do Brasil, a mineração e a medicina exigiram dos cientistas do século XIX que se debruçassem sobre o mundo natural em toda a sua diversidade e riqueza até o esgotamento. Tais discursos hoje se tornam monumentos que versam sobre o passado da natureza, das sociedades e da nação.

Nas revistas publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a partir de 1839 há uma profusão de relatos que descrevem sementes ou minas, pedras e montanhas que necessitavam ser transportadas, transportadas e atravessadas pelo espírito cientificista. A imagem dos reinos naturais no interior

das descrições de viagens, nas memórias e mesmo nas Atas de reuniões é repleta de detalhes técnicos, bem como por um assombro pelo grandioso e pelo furor advindo das possibilidades econômicas que há muito dominavam o Atlântico sul, como bem podemos ver em Luis Felipe de Alencastro³.

Se tomarmos Cid Prado Valle veremos que a grandiosidade da representação da natureza no Brasil vai constituir parte fundante do pensamento político ao longo do período regencial (1831-1840) e do Segundo Reinado (1840-1889), reverberando inclusive no processo de constituição da representação política na república contemporânea. Na análise de obras de arte, o autor percebe a construção da natureza imperial atra-

³ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

vés da utilização de árvores símbolos de magnificência e poder, como, por exemplo, a palmeira imperial, e, na sua leitura da paisagem, percebe um universo repleto de elementos cariocas, as montanhas, os céus, a praia⁴. Percepções normalmente construídas pelo olhar europeu de muitos viajantes, cientistas e artistas que descreveram o Brasil e tentaram dar àquela vastidão territorial uma imagem única e, portanto, divergente da paisagem regional.

Aqui, entretanto, buscamos uma história que privilegia as paisagens interiores do Brasil, os pântanos, as serras e os rios dos sertões e dos cerrados, dos campos gerais e das matas densas que figuravam como imagem e como dados para a administração imperial. Na documentação analisada, tais paisagens estão o tempo todo em diálogo com a paisagem do litoral fluminense, tão presente no imaginário brasileiro e europeu. As imagens destes interiores constituem em si discursos de forte e intensa circulação. Diversas das paisagens da sede do Império, elas garantiam a imensidade territorial, a grandiosidade simbólica e a riqueza concreta que, legada ao futuro, significaria a manutenção e a possível ampliação da opulência dos barões escravocratas, dos comerciantes e do próprio Império.

Pode ser percebida a associação do pensamento ilustrado e romântico ao

pensamento utópico da terra sem mal, referências já apontadas por Sérgio Buarque de Holanda⁵ para o universo colonial e também por Cid Prado Valle, para quem as montanhas de ouro e a riqueza das plantações aprofundavam a força desta imagem, arraigando-a no “imaginário nacional”.⁶

Observemos a descrição anônima das terras do Mato Grosso, de 1797, chegada ao IHGB através do conselheiro imperial Antonio de Menezes Vasconcelos Drummond:

Eis aqui onde a natureza nos tinha preparado um maravilhoso espetáculo, porque olhado à primeira vista o todo que se me ofereceu, depois de distribuídas as luzes em proporcionadas distancias, representou-se uma mesquita subterrânea, que observada por partes em cada uma d'ellas fazia saltar aos olhos uma diferente perspectiva; a que de fundo do grande salto se oferece à vista do espectador, collocado à entrada delle, é de um magnífico templo todo elle decorado de curiosísimos stalactites, uns dependurados de abobada que constitue o tecto, à maneira de outras tantas gotteiras (...)⁷

É o rio Paraguai que está sendo descrito, mas além de cavernas e cachoeiras,

⁴ VALLE, C. P. *Natureza tropical e imagem nacional no Império Brasileiro*. (tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense/ Editora da Universidade de São Paulo, 1969. (volume 333).

⁶ VALLE, C. P. Op. cit, 2001.

⁷ DESCRIÇÃO Geographica da Capitania de Mato-Grosso. Anno de 1797. MS. oferecido ao Instituto pelo Sr. Conselheiro Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XX, 1857. 214/215.

era importante destacar que o rio era “(...) abundantíssimo de carnes, peixe, frutas e hortaliças, tudo por preço ainda mais commodo, do que nos portos de mar.” Para o viajante, esta era a terra própria para criar “homens robustos”; com ricas minas e poucas águas para se minerarem no tempo da seca. Ainda assim, afirmava que a extração de ouro girava em torno de 20 arrobas⁸ por ano. Estas minas foram descobertas em 1718 e, em 79 anos de produção, até 1789, delas foram extraídos 23 toneladas de ouro. A riqueza estava presente e a mineralogia a postos para explicar, indicar as potencialidades bem como para sustentar a exploração do recurso. As coleções e os laboratórios também fazem parte deste universo, onde a explicação do mundo é um dos maiores desejos e o enriquecimento da coroa uma necessária devoção.

No presente texto, escolhemos a explicação e o entendimento na leitura da documentação em pauta. Nela minérios e madeiras eram dissolvidos e consumidos como remédio no tratamento para a longevidade. Os estudos de Paulo Alves Porto⁹ demonstram que os antigos estudos de farmácia, circulados no Brasil nos séculos XVIII e XIX, afirmavam que minérios e vegetais eram fundantes na preservação da vida. Não é difícil imaginar o que isto significou na construção das ideias do século XIX. O ouro, a prata e a árvore da vida

ficaram amarrados simbolicamente à continuidade e a permanência da abundância, pois ligavam, através de suas propriedades, o indivíduo, o eterno e o natural.

Em 19 de janeiro de 1843, na reunião do IHGB, é lida uma carta de Francisco Adolfo Varnhagen, barão de Porto Seguro, defensor da erudição e da verdade na história como afirma Lúcia Maria Paschoal Gumarães na análise da História Geral do Brasil¹⁰. Adepto do historicismo, em sua carta, parece oportuna a preocupação com as paragens do interior e com o processo de “interiorização da metrópole”¹¹, marca contínua da sociedade que se organizou nos tempos do Brasil do Reino Unido. Observemos:

Porém, ainda que minhas averiguações hoje sejam relativas às épocas mui remotas, não me descuido de diligenciar e obter cópias do que é importante ainda mais moderno. Assim vou resumindo e colleccionando as informações, que por ordem da côrte davam por escripto no século passado os nossos sertanejos, que descobriram as Minas Geraes, o Cuiabá e o Mato Grosso. D'estas informações ou roteiros já remetti um ao Instituto, para o fazer publicar, se assim o julgasse conveniente. Esta colleção de roteiros será além d'isso um monumento à minha Província....¹²

⁸ 300 kg de ouro. (1 arroba – 15 kg).

⁹ ALFONSO-GOLFARB, A. M. & BELTRAN, M. H. R. (orgs.). *O Laboratório, a oficina e o ateliê, a arte de fazer o artificial*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2002 p. 104.

¹⁰ GUMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Francisco Vanhagen – História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 2002, p. 95.

¹¹ SILVA, Maria Odila Leite da. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

¹² ATA de 19 de janeiro de 1843. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo V. 3.^a ed. 1885, p. 104.

Para Varnhagen, escrever sobre o passado, levantar a história é também fazer um monumento no qual o papel do historiador é compilar documentos e informações nos arquivos disponíveis no Brasil ou em outros países sobre uma determinada porção do país. Esta história, feita em roteiros, ensina aos administradores e iniciados no saber histórico sobre o país do século anterior e pode mesmo fundamentar viagens de reconhecimento, domínio e posse de seus contemporâneos. Parte destes discursos nos permite ver as paisagens de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Amazonas, do Pará, de Santa Catarina e de São Paulo, as quais descrevem riquezas e experiências cotidianas e científicas, inventariam minerais e vegetais e destacam-se nas variadas reflexões e artigos publicados nas Revistas do IHGB por refletirem muitos olhares em relação à sociedade. Um exemplo disso é Martim Francisco Ribeiro de Andrada que, na descrição da Capitania de São Paulo, testemunha:

(...) achei muitos cristaes de rocha lindos, cristalização prismada de seis faces, terminado por pirâmides hexagonaes. Quantas riquezas [dariam] estas lavras a seus possuidores, si ellas fossem trabalhadas segundo as regras da arte por homens industriosos, amigos do trabalho, homens livres e não vexados pelo pezo da escravidão!!¹³

¹³ Viagem Mineralógica pela província de São Paulo em 1805 por Martin Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. IX, 1869. p. 11.

O ideal moderno tão perseguido pelo Império trazia em si a crítica à base de sustentação deste mesmo Império – a escravidão. Em *Memória sobre as minas de ouro* de 1804, publicado no IHGB em 1898, encontramos uma crítica à atividade das minas, afirmando que a exploração de minérios tirava os braços da lavoura¹⁴. Mas aí a natureza é apenas recurso. Esta discussão não é nova na historiografia brasileira. José Augusto Pádua, em *Um sopro de destruição*, já demonstrou a aproximação e o afastamento das ideias de natureza com as discussões e práticas relativas à escravidão e a abolição, em seus limites no pensamento político brasileiro, apontando diferentes experiências intelectuais.¹⁵

Em Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o intento era reafirmar a ordem imperial e, ao lado da descrição de cristais, vemos uma ordem moral¹⁶, pois a “miséria” provocada pela escravidão tornava-se um contra-senso em terrenos tão ricos. Assim, a industriosi-

¹⁴ Memória sobre as minas de ouro lida na Academia Real de Sciencias de Lisboa em 1804. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXI, 1898.

¹⁵ PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora 2002.

¹⁶ No tocante à moralidade, é importante lembrar de Cid Prado Valle, que afirma que o vocabulário indígena em relação à definição e nomenclatura da natureza e à paisagem é bastante mais rico que o vocabulário português. Assim, sertão, mata, campos podem ter diversas caracterizações que, no olhar do viajante, podem desaparecer. Mas aqui não estamos estabelecendo uma comparação com a compreensão indígena da natureza, o que constituiria um outro trabalho. O foco que tentamos trazer está nas ideias de história que se encontraram na academia.

dade dos homens mudaria a realidade na colônia atrelando os saberes necessários aos poderes devidos. O próprio Andrada atestava, em 26 de janeiro de 1803: “Si toda esta capitania situada debaixo do melhor ceo do mundo e tão cheia de riquezas naturaes, fosse habitada por homens industriosos e amigos do trabalho, em breve chegaria ao maximo da prosperidade; o povo seria feliz e abastado, e d’ella seria bannida a mendicidade...”¹⁷. Na construção desta ordem moral, vegetais e minerais tornaram-se bastante significativos, pois forneciam imagens moralizantes, úteis em uma sociedade utilitária que desejava a grandiosidade e a nobreza.

Além disso, a natureza influía diretamente na vida, cujas fases eram construídas a partir da leitura que se fazia das árvores. A imanência era característica do mundo das rochas. A força lembrava as serras. A explosão de vida, as sementes; universos naturais que ofereciam inúmeros símbolos, curiosas metáforas e marcaram passados e futuros tão distantes quanto profundos. Tais enfoques eram cobertos de métodos e técnicas, como ensina Wilton Carlos Lima da Silva¹⁸ e compostos a partir da curiosidade, da necessidade científica e política e do desejo da coleção do universo. Assim, a ideia de inventário parece de alguma forma explicar este processo.

¹⁷ *Jornaes das viagens pela capitania de São Paulo por Martin Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 45 (64-65) p. 6/7.

¹⁸ SILVA, W. C. L. da. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

Inventário de paisagens, como podemos recordar com a publicação anônima na qual o viajante contava que havia perdido o rumo: “(...)n’aquelles vastissimos sertões, por onde vagou muitos mezes, achando por acaso as minas de Goyas”, que já haviam sido vistas por seu pai e “que como todas as mais foram riquissimas nos seus principios.”¹⁹ O manuscrito do século XVIII sugere uma temporalidade da exploração das riquezas naturais que não se limita aos discursos e sua circulação, mas que a define. A viagem romântica e pragmática em sua face de aventura é marcada pelo acaso, pela incerteza e pela sorte de encontrar o caminho, ou manter-se vivo e, se possível, encontrar minas de ouro.

Convém lembrar que não foram apenas o ouro e o diamante os minérios desejados pela industriiosidade; outros metais e rochas também ocuparam as páginas da Revista do IHGB. Riquezas escondidas nas profundezas dos solos, no interior das montanhas, longe do olhar e próximo dos desejos e dos saberes que permitiram explorar os elementos da natureza até a sua exaustão. José Vieira Couto perguntava – “Amigo, que elevado Monte he este? (...) Que estrondo he este que atoa os meus ouvidos? Que espêsso fumo em rolos offusca os ares? Que risonhas povoações são estas, que rega este grande e manso rio? – Monte Rodrigo he o nome desta montanha; aqui se fabrica salitre e a pólvora...”²⁰

¹⁹ DESCRIÇÃO Geographica da Capitania de Mato-Grosso. op. cit., p. 188.

²⁰ MEMÓRIA sobre as nitradeiras naturais e arti-

Proprietário de terras no Brasil, ele era um destes homens que acreditava na mais interminável riqueza que a providência divina preparara para o ser humano, um universo cheio de leite e ouro. Ligado à corte portuguesa, ainda em tempos coloniais, seus escritos sobre a descoberta do Monte Rodrigo marcam uma personalidade que poderia se traduzir na imagem do pesquisador vassalo como descrito em Caetano Moura de Cláudio Veiga nos Anais do Congresso de História do Segundo Reinado²¹:

O Ceo Criador parece que de novo bafejou sobre a terra, outros metaes mais, alem do Oiro, apparecerão e montanhas inteiras de Cobre, derretendo-se, baixarão seus elevados e soberbos picos, para irem engrossar a nossa riqueza e suprir as nossas necessidades.²²

Os veios minerais, os afloramentos rochosos, as montanhas ou os rios são descritos durante as viagens, tais como as serras que, como o Monte Rodrigo, podem ser pedregosas.

José Vieira Couto descreve uma cordilheira de granitos, um mar que parte das Minas, formada de “huma terra vermelha, pesada e fértil, toda coberta de matas, ou de campinas”; de natureza “calcareas, de hum cinzento escuro,

ficiais de Monte Rodrigo na capitania de Minas Gerais, por José Vieira Couto, 1803. AHU_ACL_CU, Cod. 20951. vol.; 225x170 mm.; 46 fls. s/p

²¹ Anais do Congresso de História do 2º Reinado. Rio de Janeiro, 1975. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1884. p. 333.

²² MEMÓRIA sobre as nitratreiras naturais e artificiais de Monte Rodrigo na capitania de Minas Gerais. Op. cit. s/p.

rochas que achavam-se mais ou menos cobertas de Estalactitas, assento ordinario do Nitrato de potassa”²³. Objeto de importação no século XIX, como estudou Maria Helena Mendes Ferraz,²⁴ as nitratreiras naturais e artificiais, matéria prima da pólvora e do salitre, eram uma preocupação comum aos naturalistas entre os séculos XVIII e o XIX. A paisagem e a riqueza das montanhas despertam o entusiasmo dos estudiosos do período e tal maravilhamento com os minerais marca, de forma muito precisa, as ideias e, de forma mais ampla, o imaginário no Brasil, como afirmou Júnia Furtado, desenvolvendo uma verdadeira adoração pelas pedras preciosas.²⁵

Couto, ao descrever um lugar “desamparado de terras” e repleto de rochas, afirma que:

²³ Nota de José Vieira Couto: “Toda a Grande Serra de Minas he huma Cordilheira de Granitos, porém os dominantes são huns Granitos areientos, resplandecentes aqui e ali com pequenas piscas de mica, cuja hora he mais, hora menos. Alguns destes Granitos são malles, de huma textura froxa, e que facilmente se esborão ao tempo, ou com qual quer pancada; outros duros, e outros durissimos e mui compactos; huns fendem-se em laminas, e outros quebrão-se em grandes massas irregulares. ...Em toda a encosta Oriental desta serra dominão estes Granitos; e he raríssima toda pedra calcarea, e pela Occidental, descambando para os Sertões, vê-se já destas pedras em quantidade, e á maneira de grandes rochas.” Op. cit. MEMÓRIA sobre as nitratreiras naturais e artificiais de Monte Rodrigo na capitania de Minas Gerais, s/p.

²⁴ FERRAZ, M. H. M. A produção do salitre no Brasil Colonial. In.: Química Nova. vol. 23. No. 06. São Paulo, dez./2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=So100-40422000000600021&script=sci_arttext. Acesso em 26/06/2009.

²⁵ Furtado, J. F. Chuva de estrelas na terra: O paraíso e a Busca dos diamantes nas Minas setecentistas. In: *História e Meio Ambiente: o Impacto da expansão européia*. Funchal: CEHA, 1999. p. 447.

...tal he a fertilidade da terra [que] o monte se mostra frondoso, verde negro e cheio de viço. Causa maravilha ver ao longe, como estas rochas, branqueadas pelas Estalactites, sobrepujão, e mostram-se por cima das cabeças das arvores, á maneira de velhos edificios, cahidos já em ruínas, e de Architectura Gotica.²⁶

Montanhas, cavernas e catedrais confundem-se na experiência e nas letras. Na obra, *Paisagem e Memória*, Simon Schama aponta que a aproximação destes universos e sua sacralização fornecem aos indivíduos experiências sublimes. Em espaços extremos como montanhas e cavernas, o desafio da conquista esteve colocado mais que em outros, pois o desejo de conquistar a mais alta montanha, o mais íngreme fosso, o profundo interior das cavernas acompanhou os viajantes à natureza e esteve presente nos relatos que fundam a história nacional. Desse modo, nos séculos XVIII e XIX as montanhas tornam-se *locus* de uma “peregrinação científica”, como afirma a historiadora Alessandra Izabel de Carvalho.²⁷ Do sagrado das Igrejas e da morada dos Deuses ao profano do comércio, as montanhas ora são símbolos de riqueza, ora de apego à grandiosidade. Podem ser postas abaixo pela exploração de cobre e outros minérios ou podem se tornar templos nos quais o homem ajoelha-se, purifica-se e se transforma²⁸, mas tam-

bém a rasga e destrói. Frequentemente estas ideias podem ser encontradas em um mesmo relato, documento ou autor.

Paisagem, povoações, produções, esta é a lógica discursiva das descrições que trazem entre as riquezas minerais, adormecidas entre rochas, grutas e montanhas, os fósseis ou, como denominou Paolo Rossi,²⁹ estes documentos da natureza, pois, assim como as ruínas, mereceram particular atenção nesta revista de história, uma vez que constituíram parte de um gosto que será desenvolvido no século XIX de forma muito especial: o gosto pela coleção e pela curiosidade científica, ancorados em métodos e em formas de pensar rigorosas e sistematizadas.

Grandes descobertas que alteraram as formas de olhar, do perceber e do sentir foram feitas: o mundo, a história e o próprio planeta eram o seu objeto. Cada novo fóssil ou cada nova ruína recontavam a história e para cada história era necessário demonstrar as provas e dar o entendimento. Assim, a coleta destas provas incontestes de um longínquo passado dos homens, dos animais, dos vegetais e minerais torna-se o grande desejo entre os cientistas e indivíduos de letras, cujas referências são inúmeras dentro das Revistas do IHGB. Das coleções recebidas de pedras e minérios aos ossos e esqueletos petrificados, as cidades em ruínas lembravam a grandiosidade e a desgraça de seus habitantes, observados e lidos a exemplo dos documentos

²⁶ MEMÓRIA sobre as nitrateiras naturais e artificiais de Monte Rodrigo. Op. cit. s/p.

²⁷ CARVALHO, A. I. de. *Montanhas e memórias: uma identificação cultural no Marumbi*. Campinas/SP: [s.n.], 2005. (Tese de Doutorado). P. 55.

²⁸ Ibid. p. 69.

²⁹ ROSSI, P. *Naufregios sem espectador*. Tradução de Álvaro Lourencini. São Paulo: Unesp, 2000. p. 90.

históricos que, em Joaquim Manoel de Macedo, transformavam os cadáveres em “thesouros da pátria”³⁰ e contavam a sua história.

Deparamos-nos com uma linha romântica de ideias similares. É o transitório herderiano da história que causa perplexidade e que se faz presente no IHGB. “Caducidade e apodrecimento” formavam a base sobre a qual aqueles homens caminhavam.³¹ Em seu pensamento, tudo era passado e tudo era documento de uma realidade vivida e experimentada que era relatada e descrita nas memórias dos minérios e das pedras, do mundo de Vulcano, interior, estável e ao mesmo tempo surpreendente e perigosamente explosivo.

Macedo fazia lembrar o historiador prussiano, Varnhagen, com o qual mantinha certa correspondência de idéias e uma curiosa parecença. A individualidade das nações, o caráter nacional e o meio ambiente, a decadência e crescimento são também preocupações semelhantes.

As minas de ouro e de outros minérios que se extinguíram podem refletir este processo de entendimento que relaciona glória e decadência criando um jogo de imagens que ofuscaram as distintas realidades e mesmo as compreensões da história. O prazer do erudito é sempre ambíguo, nos lembraria Arnal-

do Momigliano. E assim a ambiguidade constitui elemento da experiência e parte do movimento de ideias de outros tempos. Ambíguas e profundamente envolvidas em sua crença de nacionalidade.

Se tomarmos o caminho sugerido por Cid Prado Valle, podemos citar que “a representação de natureza confundeu-se com a da civilização, da história e do próprio Estado, numa solução imagética que autoriza o inesperado paradoxo nacional de imaginarmos ser justamente aquilo que destruímos para ser o que somos”.³² Paraíso tropical, império magnânimo, destruição do edênico nas palavras do autor, requerem do historiador hoje uma análise das relações políticas, da realidade física e da representação simbólica.³³ Através dos elementos da natureza pensada e descrita procuramos entender como a nacionalidade do século XIX construía-se.

Natureza convertida em espaço de intervenção, nos quais aterros, caminhos, o ambiente da urbe carioca e seus arredores até os espaços interiores, onde rios, prados, pântanos, lagoas e sertões são conquistados transformando montanhas em minas de riqueza. Estamos tratando da natureza que os indivíduos e as instituições pretenderam domar, explorar, vencer e para isto a descreveram, enfim uma natureza atravessada pelo o discurso, representada e interpretada

³⁰ Discurso do Orador Joaquim Manoel de Macedo. 1860. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1860. p. 686.

³¹ Herder. Ideias para a filosofia da história. In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Tradução de Vítor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 51.

³² VALLE, C. P. Op. cit. p. 178.

³³ “A referida natureza não podia ser representada e entendida como elemento dominador, mas sim como uma presença dominada e meramente alegórica. Acima dela deveria estar a própria civilização.” Ibid. p. 94.

nos muitos documentos publicados na Revista do IHGB entre 1839–1914.

Notemos os temas da Revista do ano de 1860: a descoberta de Netuno, com notícia de Washington, de 1850; uma Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima do Ceará; uma Memória sobre agricultura no Brasil e um documento sobre antiguidades peruanas. Mescla de preocupações e informações oficiais, datadas, precisas e marcadas pela circulação das idéias – científicas, antiquárias, românticas – de seu tempo e dos indivíduos que as registraram.

Neste sentido, podemos observar a carta, datada de 1844, escrita por Manoel José Pires da Silva Pontes à sombra da serra do Espinhaço, em Minas Gerais, para Januário da Cunha Barbosa, primeiro secretário perpétuo do IHGB. Ele acusa o recebimento do ofício que comunica a criação de um museu, que: “...não só colija e guarde os productos naturaes do paiz, mas ainda quando possa servir de prova o estado de civilização e industria, usos e costumes dos habitantes do Brasil...”. Para cooperar nesta obra, Pontes afirma que já havia coletado “mais de 60 amostras das minas de diamantes, ouro, ferro, e outros metaes, bem como das rochas, em que elles jazem, e dos mineraes que os acompanham, ou indicam.”³⁴

Como já demonstrou Lilia Moritz Schwarcz, esta era a conotação de an-

³⁴ ATA de 23 de maio de 1844. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. 2ª. ed., 1865. p. 259.

tiquário da coleção e da formação de Museus que tomou o século XIX e mesclou-se com o desejo de riqueza que nos permite fazer referência a um mundo mineral e, por fim, a um mundo dos vegetais. Recordemos de José Vieira Couto: “Immensas e inextinguíveis matas cobrem ainda estes arredores, matas tão preciosas para o costeiro de madeiras, lenhas e cinzas.”³⁵.

Para que possamos atravessar os reinos da natureza, advertimos, a partir de Sérgio Buarque de Holanda em seu *Visão do Paraíso* que: “teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, [...] até esgotar-se, [...] sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência ou sequer a República.”³⁶ À véspera do milagre econômico brasileiro o historiador marca as permanências de uma experiência que se forma a partir das ideias do colonialismo, da utilidade e da riqueza.

Ao voltarmos ao século XIX poderíamos também adicionar o desejo de modernidade que se verá desenvolver tão refinadamente. O desejo das letras de romper com o antigo patriarcalismo, mas sem perder as terras, as minas, as

³⁵ Memória sobre as nitradeiras naturaes e artificiais de Monte Rodrigo. op. cit. p. 40/49.

³⁶ HOLANDA, S. *Visão do paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Editora Universidade de São Paulo, 1969. Coleção Brasileira. Vol 333. p. 323.

plantações ou o braço escravo. Desejo de uma elite intelectualizada que se autoriza a escrever a história do Brasil. A temporalidade aqui, não é a da longa duração que sugere Holanda, mas, sem dúvida, percebemos algumas das permanências a que ele se refere.

Nos caminhos das viagens do século XVIII e XIX e da escrita da história no Brasil a observação das plantas era experiência necessária – tanto as espécies que corriam nas margens dos rios, as úteis para a medicina, alimentação ou o vestuário, quanto as belas e ornamentais, as da floresta e do cerrado. O território brasileiro era um grande laboratório a céu aberto e as formações vegetais – florestas, cerrado, pantanal e caatinga³⁷ – eram objeto das descrições realizadas. Na reunião de historiadores e geógrafos, lê-se que as margens do rio Branco, importante afluente do rio Amazonas, eram “vistas férteis pastagens [...] para a criação e sustento [...] de todas as espécies de gado que em poucos anos servirão de grandes recursos para a capital do Pará”³⁸. Entendemos, como em Silva Pontes, que as informações dos animais

e dos vegetais são paisagens, mescladas de progresso, negócio e cientificismo. As plantações são o desejo destes homens industriais, atravessado por antigas e profundas leituras sobre o meio vegetal.

A Natureza, que é meio, para estes homens, estava à disposição. Eles acreditavam em uma natureza divina, perfeita, mas, sobretudo, foram tomados pela ideia e pelo desejo de racionalidade e utilitarismo. Silva Pontes afirma seu desejo de substituir as florestas pelas plantações e também de utilizar os marcos deixados pela natureza para delimitar as fronteiras das terras da Coroa Portuguesa. São paisagens e limites que ele busca, mas essa busca está ancorada nas medições perfeitas que deseja realizar para a garantia da posse. Sua tomada de posse é também simbólica, uma vez que, por meio da demarcação do território com a cruz, ele marca a ideia da conquista sagrada.

Paisagem que também percebemos no diário da viagem de Lacerda e Almeida, ao afirmar que:

...vimo-nos no meio de um pantanal tão grande que só víamos água e uns montes que íamos buscando. O rio dificilmente se distinguia no meio deste Oceano. Todo o pantanal, de que tenho falado nos dias passados, é coberto do tal água-pé, e por isso não se distinguia o grande mar; mas este por limpo deixava ver as suas águas, que terminavam em um vasto horizonte.³⁹

³⁷ Na classificação proposta por Geoge Eiten, estas se subdividem em diversos subtipos. No caso da floresta, encontramos a floresta tropical perenifólia, a floresta tropical caducifólia e a floresta subtropical perenifólia. A floresta das araucárias pertence a este último subgrupo. Aqui não vamos detalhar estas construções, mas cabe lembrar que ele também se refere às restingas, aos campos, aos manguezais, aos brejos, à vegetação aquática, ao chaco e savana. EITEN, G. *Classificação de vegetação do Brasil*. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1983. p. 13.

³⁸ Documento oficial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. 2. edição. Rio de Janeiro, 1865. p. 86.

³⁹ ALMEIDA, F. J. de L. *Diários de viagem*. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Popular Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 41/42.

A experiência do indivíduo letrado era completada na imensidade de águas e pântanos – limpos, intermináveis, muitas vezes inavegáveis de tão rasos. O viajante pôde experimentar uma confusão de sensações causadas pelas águas e pelos vegetais emaranhados. Os campos e os montes também figuravam nas descrições nas quais as árvores e os desertos emolduravam o quadro da paisagem.

Descrições que nos permitem mirar uma paisagem do Rio Tapajós, “... a sua configuração é bem como quando impetuosa borrasca e furioso tufão de vento agita as águas do oceano, excavando n’ele profundos valles e erguendo as suas betuminosas agoas em elevadas montanhas”, em seus campos encontra-se o espectador em frente a

um distante e prolongado monte; [...] descendo um suave e largo declive, atravessava uma vargem e d’ella [...] outra escarpa igualmente doce, até se achar, sem lhe parecer que subira, no cume que viu, offerecendo-se-lhe logo à vista outra altura a que chega com as ponderadas, mas sempre sensíveis circunstancias...⁴⁰

A paisagem é cheia de informações sensoriais, de movimento, de sabor e de poderões. Ainda sobre o rio Tapajós, o viajante afirma,

a uniformidade destes largos sertões, regados por muitos rios, dando nascimento a mil e contíguas vertentes cobertas de lagos e pantanos, e por uma altíssima

e densa mattaria, que occulta os mesmos raios do sol, confundem-se os profundos valles com as altas montanhas, não offerecem mais do que uma semelhança de obstaculos a quem os penetra.⁴¹

A composição da paisagem florestal na descrição do viajante aparece como se o seu ponto de vista fosse à distância, como se ele não estivesse no meio da mata, do pântano ou do rio que descreve, mas à distância, à olhar a paisagem como composição, como quadro.

Cabe retomarmos Ulpiano Bezerra de Menezes quando afirma que a “transladação de natureza se dá quando a paisagem empírica passa a integrar as diversas dimensões do imaginário e a atuar como agente, mais que como cenário, na interação sócio cultural”⁴². As paisagens que percebemos nos documentos do IHGB são puramente paisagens culturais, pois nos explicam como as ideias de natureza podem constituir o corpo de uma nação. ⁴³ Menezes afirma que há muito tempo paisagens e florestas são utilizadas para marcar as nacionalidades⁴⁴. Tal afirmação nos remete imediatamente às discussões que associam caráter humano ao meio natural, a exemplo das reflexões de Immanuel Kant, nas quais o pertencimento a uma nacionalidade traria a uns mais sensibili-

⁴⁰ DESCRIÇÃO Geographica da Capitania de Mato-Grosso. Op. cit. P. 190.

⁴¹ Ibid. p. 194/195.

⁴² MENESES, U. B. A paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, E. (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002. P. 39.

⁴³ SOUZA, I. L. C. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. P. 233.

⁴⁴ MENESES, U. B. op. cit. p. 41.

dade, a outros mais honradez, a uns mais soberba, a outros extravagância⁴⁵.

O ideal dos trópicos marca a formação das experiências humanas oitocentistas. A esse exemplo, a Comissão Científica recebe, em 1856, uma solicitação de Manoel Araújo Porto-Alegre, publicada nas Atas da Revista do IHGB, na qual recomenda, acima de tudo, “avaliar as superfícies dos terrenos cultivados e incultos, e o valor das áreas ocupadas *ainda* com florestas virgens, por capoeiras e por pântanos...”⁴⁶ cujo objetivo eram as paisagens que correspondiam à história, as sociedades e a nações, que em certa medida as formavam.

Recordando Karl Friedrich Phillipp von Martius que catalogou mais de 6 mil espécies vegetais brasileiras em dois anos de viagem⁴⁷ e é o autor de *Como se deve escrever a história antiga e moderna do Brasil*, publicado pelo IHGB em 1844:

O historiador deve (...) levar-nos para o campo, às fazendas, roças, plantações e engenhos. (...) saber-se como e aonde se introduziram pelos colonos, pouco a pouco, arvores e plantas europeas; como, pouco a pouco, se desenvolveu o systema presente(...)⁴⁸

Se, nestas viagens despontavam as distâncias, a natureza seria, em tudo, distante. Meneses, cujo objeto também são os jardins e os espaços selvagens, aponta que os sertões e as florestas do imaginário brasileiro possuem um imenso potencial identitário. Espaço fronteiriço, o jardim, ligou a casa e a individualidade privada aos sombrios e desconhecidos espaços selvagens. As ambiguidades e os conflitos destas experiências culturais são o que mais chamam a atenção de Meneses, que aponta como categorias transformadas em paisagem: a montanha, a praia e o deserto. De qualquer forma, existem outros mundos a perceber: a floresta, o bosque, o campo, o sertão⁴⁹, o pântano, o pampa, etc.

As paisagens, imaginadas, observadas e produzidas, configuram-se como necessidades culturais de pertencimento e de territorialidade e marcam espacialmente os indivíduos e as comunidades e, como universos envoltos em mistérios e explicações, são objeto de estudos das ciências sociais e da história, como afirma Eduardo Yazigi.⁵⁰

O reino vegetal traz inúmeras contribuições para a história, metáforas que

⁴⁵ KANT, I. *Observaciones sobre el sentimiento de lo bello y lo sublime*. Traducción de Dulce Maria Granja Castro. México: FCE/UAM/UNAM, 2004. p. 53 e 58.

⁴⁶ Ata de 28 de novembro de 1856. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XIX. 1856. p. 73. Grifo da autora.

⁴⁷ CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977. P. 261.

⁴⁸ Como se deve escrever a historia do Brasil, dissertação de Carlos Frederico Ph. de Martius. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. N. 24. 1845. P. 402/403.

⁴⁹ Para Victor Leonardi, a história dos sertões é a história da dilaceração das sociedades indígenas, sobretudo as amazônicas. História da complexidade cultural e psico-social que os conflitos econômicos da colonização e da ocupação das fronteiras, atravessadas pelo autismo da sociedade que se construiu a partir desta dilaceração, impuseram. LEONARDI, V. *Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília: editora UNB/Paralelo 15, 1996.

⁵⁰ YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002. P. 18 e 23.

marcam as formas de compreensão do universo e, conseqüentemente, os papéis desempenhados na relação com os seres humanos. Plantas e homens se correlacionam em determinados tempos, na produção dos saberes dos naturalistas, dos geógrafos e dos historiadores, indivíduos que citam outros, formando processos discursivos.

A botânica será então uma ciência necessária no Império Brasileiro, formando conhecimentos envoltos num ideário de grandiosidade, como podemos ler em Saldanha Gama, para quem o Brasil seria o Império Floral da Terra que sepultaria em suas florestas verdadeiras grandiosas e utilíssimas. E nada mais justo a um império como este que muitos se debruçassem sobre as matas e as capoeiras. Nesse elogio feito ao botânico José Mariano da Conceição Velloso, em 1868, Saldanha afirma:

Quando na principal riqueza de uma nação reside nos ornamentos de seu reino vegetal, o maior esforço da intelligencia deve aplicar-se ao conhecimento dos seus predicados essenciaes, em harmonia com os fins para que foram creados. Este grande resultado das indagações do homem sôbre a natureza, reunido à necessidade palpitante das obras classicas e systematicas, que constituem uma das maiores glorias para qualquer nacionalidade, obtem-se sómente desenvolvendo-se o amor pela sciencia, mostrando-se incessantemente o seu lado util, e garantindo a vida espinhosa e sem ruido do naturalista contra os efeitos negativos da oratória abstracta! A penna e a palavra são os unicos meios de trans-

missão, para os contemporâneos e vindouros das impressões que o naturalista bebe na natureza, com o pensamento sagrado de brindar a patria com os fructos de suas observações. No professorado e na imprensa resume-se, pois, o grande fundamento para a propagação dos conhecimentos úteis.⁵¹

Conhecer as plantas e identificá-las vai constituir mais que a profissão do botânico: vai, no pensamento da época, formar a riqueza da qual a nação dispõe para o sustento e o progresso da sua população ou, pelo menos, das suas elites. A descrição da paisagem, das árvores, de seus frutos, de sua imponência e beleza e de sua utilidade foi marca peculiar dos olhares e dos discursos.

A natureza vegetal encontra-se nas sementes e nas plantações, assim o cânhamo, o tabaco, o arroz, o algodão e os campos de onde vêm são objeto para o naturalista e este para o historiador. As possibilidades de transplantação das sementes marcam uma comunicação entre as nações: sementes da Rússia, do Japão, da Inglaterra, dos Estados Unidos, frutificaram no Brasil. Lembremos que os homens do tempo do Império Colonial buscaram a utilidade dos elementos da natureza e as possibilidades de riqueza para seus reinos. As névoas que podem aparecer nas florestas tropicais desaparecem neste momento. É a ciência e a utilidade que se fazem presentes.

⁵¹ Biografia do Botanico Brasileiro José Mariano da Conceição Velloso. Memória lida no I.H. perante S. M. o Imperador por José de Saldanha da Gama. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXXI, 1868. p. 138.

Aí percebemos que a marca da temporalidade é a ingenuidade da crença na ilimitada ação e progresso humanos. Mas tenhamos claro que é apenas no século XX e XXI que se pode refletir sobre os significados ecológicos desta história de transposição⁵² e, também por isto, a necessidade de entender as ideias sobre o meio natural que circularam em outros tempos passados.

A verdade sobre o desejo dos discursos científicos e históricos no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, é a sua pretensão. Um universo repleto de referências aos outros e da experiência do colecionismo, como explica Ottmar Ette em sua análise da literatura de viagens.⁵³ Para este autor, “a descrição da paisagem re-

vela uma teoria que não se limita nem à paisagem nem à descrição”⁵⁴ e pode relevar uma temporalidade própria no interior do discurso. Assim, como modelo de entendimento, propõe ver uma circularidade onde partida/chegada/retorno dão o movimento e os encadeamentos dos discursos na construção das histórias.

Possivelmente os encadeamentos sucessivos da natureza tenham mesmo oferecido uma analogia discursiva que dava legibilidade à história tal como afirmou José M. Justo⁵⁵. As metáforas botânicas, as idades da vida eram preocupações visíveis desde os tempos de Kant e Herder e, mais uma vez, a natureza estaria emaranhada na construção do discurso da história: paisagens repletas de árvores sagradas,⁵⁶ simultaneamente eram o meio e o fim.⁵⁷ É o sublime da grandeza, da força e do poder de uma árvore centenária, como recorda Dulce Maria Castro. A metáfora da natureza, encontrada em muitos intelectuais do IHGB, fazia eco à metáfora da obra de Immanuel Kant⁵⁸, para quem o homem era a própria seiva vegetal, sem nenhuma dúvida, o melhor fruto da árvore sagrada da civilização.

Tais metáforas traziam o sentido do ciclo da vida para o ciclo da civilização, marcando profundamente uma ideia de

⁵² Sobre esta reflexão podemos citar CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico, a expansão biológica da Europa: 900-1900*. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. E também MARTINS, J. P. De São Vicente à Rio-92. Portugal e a devastação ecológica no Brasil. In: HISTÓRIA e Meio Ambiente: o impacto da expansão européia. Centro de Estudos de História do Atlântico. Funchal, 1999.

⁵³ Ette, O. *Os caminhos do desejo. Corografias na literatura de viagens*. In: Humboldt. No. 89. Goethe-Institut, 2004. p. 10. Ainda nele podemos ler: “O relato de viagens constitui-se num gênero textual, que como o romance, se caracteriza não somente por uma diversidade de vozes, mas também por uma grande heterogeneidade no nível dos gêneros incorporados. No nível desta dimensão, sabemos que o conjunto de um relato de viagens pode incluir tanto o diário de bordo quanto o tratado científico, tanto o ensaio literário, quanto uma análise geológica ou hidrográfica, sem esquecer as cartas (reais ou inventadas), as anedotas em forma de conto, os mapas ou – também em nível intermediário – as ilustrações, retratos literários de pessoas famosas, formas de escrita autobiográficas ou prognósticos acerca do futuro desenvolvimento econômico ou político das regiões visitadas. Por conseguinte, o relato de viagens é um gênero multifacetado e altamente heteróclito.” P. 12.

⁵⁴ *Ibid.* p. 12.

⁵⁵ Herder, J. G. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade (1774)*. Tradução de José M. Justo. Lisboa: Edições Antígona, 1995. P. 195.

⁵⁶ *Ibid.* p. 9.

⁵⁷ *Ibid.* p. 61.

⁵⁸ KANT, Immanuel. *Observaciones sobre el sentimiento de lo bello y lo sublime*. Traducción de Dulce Maria Granja Castro. México: FCE/UAM/UNAM, 2004. p. xlvi.

história. Podemos ver exemplos desta transposição nos relatos e nos discursos dos cientistas e historiadores no Império do Brasil, embora houvesse uma intensa luta em não permitir chegar à morte esta civilização de ciência ou do Império – seu patrono. Se a ideia fosse a circularidade, nos quadros do IHGB só existiram nascimento e amadurecimento, a morte jazia no elogio fúnebre. A circularidade se rompia.

As árvores que simbolizavam a fertilidade e o renascimento na Europa do século XVIII, como em Simon Shama⁵⁹, foram vistas de outra forma pelos vários cientistas brasileiros, que viam nelas lucros infundáveis, obstáculo a ser transposto; riqueza que estava sendo devorada.

Uma das mais citadas e controversas paisagens vegetais são os pântanos. Em Francisco José Lacerda e Almeida, podemos ler:

Com magoa minha me vi obrigado a retroceder, desistindo do intento que me tinha proposto, de chegar a examinar, quando me fosse possível, as suas vertentes: não me ficou também o remédio de ir a pé, porque os campos cheios de moutas e pequenos bosques eram totalmente pantanosos⁶⁰.

⁵⁹ SHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁶⁰ MEMORIA a respeito dos rios Baures, Banco, da Conceição, de S. Joaquim, Itonamas e Maxupo; e das três Missões de Magdalena, da Conceição e de São Joaquim pelo Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XII, 2ª edição, 1874. p. 107. Também podemos citar: “O rio Baures, que conflue no Guaporé pela margem austral e na distancia de quatro leguas e tres quartos para cima do forte do Príncipe da Beira, é navegável em bo-

Encontramos alguns depoimentos interessantes, tanto de apoio da destruição quanto à sua crítica, como a retomada do naturalista setecentista José Vieira Couto, para quem a derrubada de árvores deveria ser proibida ao agricultor brasileiro⁶¹.

Paisagens que se tecem no texto, em janeiro de 1843, ouve-se a descrição dos campos do Paiquere, região norte do atual estado do Paraná, ao sul do Brasil:

A mesma margem é surtida de grandes barreiras, onde a caça é em abundancia, (...) além dos grandes laranjaes, que suas frutas alimentam a caça que allí se encontra, ella é surtida de um capim mais viçoso que o chamado d’Angola, conhecido no Cuyabá por capim da praia, que os animaes cavallares e muares devoram com sofreguidão, e os torna em pouco tempo mui nutridos: encontraram também muitos bananaes carregados de grandes e saborosas bananas...⁶²

Grandiosidade e fartura mesclam-se nas notícias tratadas na reunião deste mesmo dia, nas quais eram discutidas

tes de mediana grandeza pela distancia de cem leguas, pouco mais ou menos: cheguei sómente até este termo porque os matos, por entre os quaes desde então corre o rio formando varias boccas ou canaes estreitos, me obstaram a continuação da viagem: tentei avançar-me mais cortando algum mato miudo, por esperar que se acabasse este máo transito, e depois continuasse o canal desembarcado; mas á proporção que me ia adiantando, encontrava novas veredas mais acertadas e com menor fundo: com difficuldade naveguei mais uma legua, até que se fez impraticável a navegação por causa dos muitos troncos das arvores, que tendo as suas raizes dentro do mesmo rio, o atravessavam de parte a parte com diferentes direcções.” *Ibid.* p. 106/107.

⁶¹ Memória sobre as nitratreiras... op. cit. s/p.

⁶² Ata de 19 de janeiro de 1843. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo V. 3ª ed. 1885. p. 110.

viagens, observando a fartura ou, em outros casos, a penúria, tão comum naqueles longos auto-exílios viajantes. A fartura poderia, além de alimentar os viajantes e seus companheiros de viagem, alimentar as “populações industriosas” que deveriam, segundo os desejos da época, formar plantações. Um exemplo desta vontade de encontrar as plantações já existentes, pode ser visto em João da Silva Machado, que na fazenda da Perituva, na bacia do rio Paranapanema descreve: “além dos grandes bananaes⁶³ e laranjaes, (...) acharam limões galegos, cidras, ananazes plantados em linha, mandioca, aipi, amendoim, feijão miudo, milho de diversas qualidades, melancias, abóboras, morangos, ...”⁶⁴

Ao contrário das florestas assustadoras, as paisagens mais desejadas pelos cientistas eram as plantações organizadas. Assim, esses dois universos ricos em vegetais, rivalizavam-se no desejo da industriiosidade. No IHGB, naquele espaço de poder, eram produzidas e reproduzidas ideias. Sentidos e sensibilidades foram despertados ou adormecidos, as paisagens criavam-se ao longe, nas academias que haviam sido, em outros tempos, consideradas efêmeras.⁶⁵

Belas letras e ciências naturais traziam um mundo de exaltação pátria, um

espírito sublime. Intensamente românticas, as ideias sobre os vegetais e os minerais ganharam símbolos na literatura, na poesia, na história e nas viagens. O liberal Vicente Ferreira Gomes, natural do Rio Grande do Sul, em sua viagem pelo rio Tocantins, ao norte do Brasil, descreve as sensações contrastantes em meio ao mundo natural:

N’este trajecto, que é onde se encontram as maiores difficuldades, onde se acha a cachoeira denominada – do arrependido – é justamente onde se observa maior variedade de scenas, onde se reúnem mil quadros diversos, dignos de contemplação e admiração; ahi, ora se vê a espessa floresta como que elevando os ramos ao céu para agradecer ao Creador sua fôrma, belleza, força, e prestimos, e então, se experimenta a escuridão, a frescura, apesar da claridade e ardor do sol; alli se vêem praias ao nível do rio cobertas de áreas mui claras, onde o sol, dardejando seus raios parece dobrar sua calma, e seu esplendor: muitas vezes em lugares mui proximos se experimenta esse contraste...⁶⁶

As paisagens vegetais e minerais, cuja descrição era a função dos intelectuais e muitas vezes o seu sentido de existir, surgiam nos documentos estudados como paisagem e como produto e eram ora tediosas, ora extremamente verdes e coloridas a ponto de causar excitação. A influência herderiana sugeria aos ho-

⁶³ É curioso lembrar que no sistema de Linneo, a banana é chamada de *Musa paradisiaca*. Cf. Fauna e Flora Brasileira – século XVIII. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1986. P. 258.

⁶⁴ Ata de 19 de janeiro de 1843. Op. Cit. p. 112.

⁶⁵ SANTOS FILHO, L. Sociedades Literárias do século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*. vol 267, abril/junho de 1965. p. 43.

⁶⁶ Itinerário da cidade de Palma em Goyaz, à cidade de Belém no Pará, pelo rio Tocantins, pelo Dr. Vicente Ferreira Gomes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXV. 1862. p. 496/497.

mens de letras que recolhessem “materiais de todos os confins do planeta” para um dia descobrir aquilo que menos se procurava, os “comentários à margem da história do mundo humano que mais importam”.⁶⁷ Manoel Ferreira Lagos, segundo secretário do Instituto, no Relatório dos trabalhos do ano de 1844 atesta:

A terra que a geographia nos ensina a descrever, pôde ser offerecida a nossas vistas com todo o esmalte que a embeleza: o desejo que temos de conhecer seus climas, seus graus, sua partilha com o mar, e todos os accidentes de sua superfície, não cerra nossos olhos sobre a variedade e pompa dos quadros que ella nos offerece. Eu vejo, em torno da geometria que a mede, as plantas que a adornam, os animaes que sustentam, e as nações que a fecundam ou destroem.⁶⁸

Assim a procura pela natureza oitocentista deixa seus rastros, mostramos seu mundo e, na variedade de seus interesses e em sua vaidade intelectual, permite o resgate de ideias. A percepção de viagens e essa busca por comentários sobre o mundo natural, suas flores e seus diamantes, resgata documentos para uma história das ideias e das sensibilidades em relação à natureza, e, ao se encontrarem, muitas vezes à margem, contam uma história.

⁶⁷ Herder. op. cit. p. 105.

⁶⁸ Relatório dos Trabalhos do Instituto, no sexto ano acadêmico, pelo 2º Secretário Perpétuo o Sr. Manoel Ferreira Lagos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol VI. Tomo 6. 1844. p. 548.

Fontes:

ALMEIDA, F. J. de L. *Diários de viagem*. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Popular Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

ANAIS do Congresso de História do 2o Reinado. Rio de Janeiro, 1975. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1884.

ATA de 19 de janeiro de 1843. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo V. 3.^a ed. 1885.

ATA de 23 de maio de 1844. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. 2.^a ed., 1865.

ATA de 28 de novembro de 1856. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XIX. 1856.

BIOGRAFIA do Botânico Brasileiro José Mariano da Conceição Velloso. Memória lida no I.H. perante S. M. o Imperador por José de Saldanha da Gama. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXXI, 1868.

COMO se deve escrever a história do Brasil, dissertação de Carlos Frederico Ph. de Martius. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. N. 24. 1845.

DESCRIÇÃO Geographica da Capitania de Mato-Grosso. Anno de 1797. MS. oferecido ao Instituto pelo Sr. Conselheiro An-

tonio de Menezes Vasconcellos de Drummond. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XX, 1857.

DISCURSO do Orador Joaquim Manoel de Macedo. 1860. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1860.

DOCUMENTO oficial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI. 2. ed. Rio de Janeiro, 1865.

ITINERÁRIO da cidade de Palma em Goyaz, à cidade de Belém no Pará, pelo rio Tocantis, pelo Dr. Vicente Ferreira Gomes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXV. 1862.

JORNAES das viagens pela capitania de São Paulo por Martin Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. vol. 45 (64-65).

MEMÓRIA sobre as minas de ouro lida na Academia Real de Ciências de Lisboa em 1804. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXI, 1898.

MEMÓRIA sobre as nitradeiras naturais e artificiais de Monte Rodrigo na capitania de Minas Gerais, por José Vieira Couto, 1803. AHU_ACL_CU, Cod. 20951. vol.; 225x170 mm.; 46 fls. s/p

RELATÓRIO dos Trabalhos do Instituto, no sexto anno acadêmico, pelo 2º Secretário Perpétuo o Sr. Manoel Ferreira

Lagos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol VI. Tomo 6. 1844.

SANTOS FILHO, L. Sociedades Literárias do século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol 267, abril/junho de 1965.

VIAGEM Mineralógica pela província de São Paulo em 1805 por Martin Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. IX, 1869.

Referências bibliográficas:

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALFONSO-GOLFARB, A. M. & BELTRAN, M. H. R. (org.). *O Laboratório, a oficina e o ateliê, a arte de fazer o artificial*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2002.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.

CARVALHO, A. I. de. *Montanhas e memórias: uma identificação cultural no Marumbi*. Campinas/SP: [s.n.], 2005. (Tese de Doutorado).

CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico*,

- a expansão biológica da Europa: 900-1900. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ETTE, O. *Os caminhos do desejo. Co-rografias na literatura de viagens*. In: Humboldt. No. 89. Goethe-Institut, 2004.
- FAUNA E FLORA BRASILEIRA – SÉ-CULO XVIII. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1986.
- FERRAZ, M. H. M. A produção do salitre no Brasil Colonial. In.: Química Nova. vol. 23. No. 06. São Paulo, dez./2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-40422000000600021&script=sci_art-text. Acesso em 26/06/2009.
- FURTADO, J. F. *Chuva de estrelas na terra: O paraíso e a Busca dos diamantes nas Minas setecentistas*. In: HISTÓRIA e Meio Ambiente: o Impacto da expansão européia. Funchal: CEHA, 1999.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Francisco Vanhagen – História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- HERDER, J. G. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade (1774)*. Tradução de José M. Justo. Lisboa: Edições Antígona, 1995. P. 195.
- HERDER. Ideias para a filosofia da história. In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Tradução de Vítor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- HISTÓRIA e Meio Ambiente: o impacto da expansão européia. *Centro de Estudos de História do Atlântico*. Funchal, 1999.
- HOLANDA, S. *Visão do paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Editora Universidade de São Paulo, 1969. Coleção Brasileira. Vol 333.
- KANT, Immanuel. *Observaciones sobre el sentimiento de lo bello y lo sublime*. Traducción de Dulce Maria Granja Castro. México: FCE/UAM/UNAM, 2004.
- LEONARDI, V. *Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília: editora UNB/Paralelo 15, 1996.
- MENESES, U. B. A paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, E. (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- ROSSI, P. *Naufrágios sem espectador*. Tradução de Álvaro Lourencini. São Paulo: Unesp, 2000.
- SILVA, Maria Odila Leite da. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São

Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

Unesp, 1999.

SILVA, W. C. L. da. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

VALLE, C. P. *Natureza tropical e imagem nacional no Império Brasileiro*. (tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, I. L. C. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da

YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

Submetido em 7 de fevereiro, 2011.

